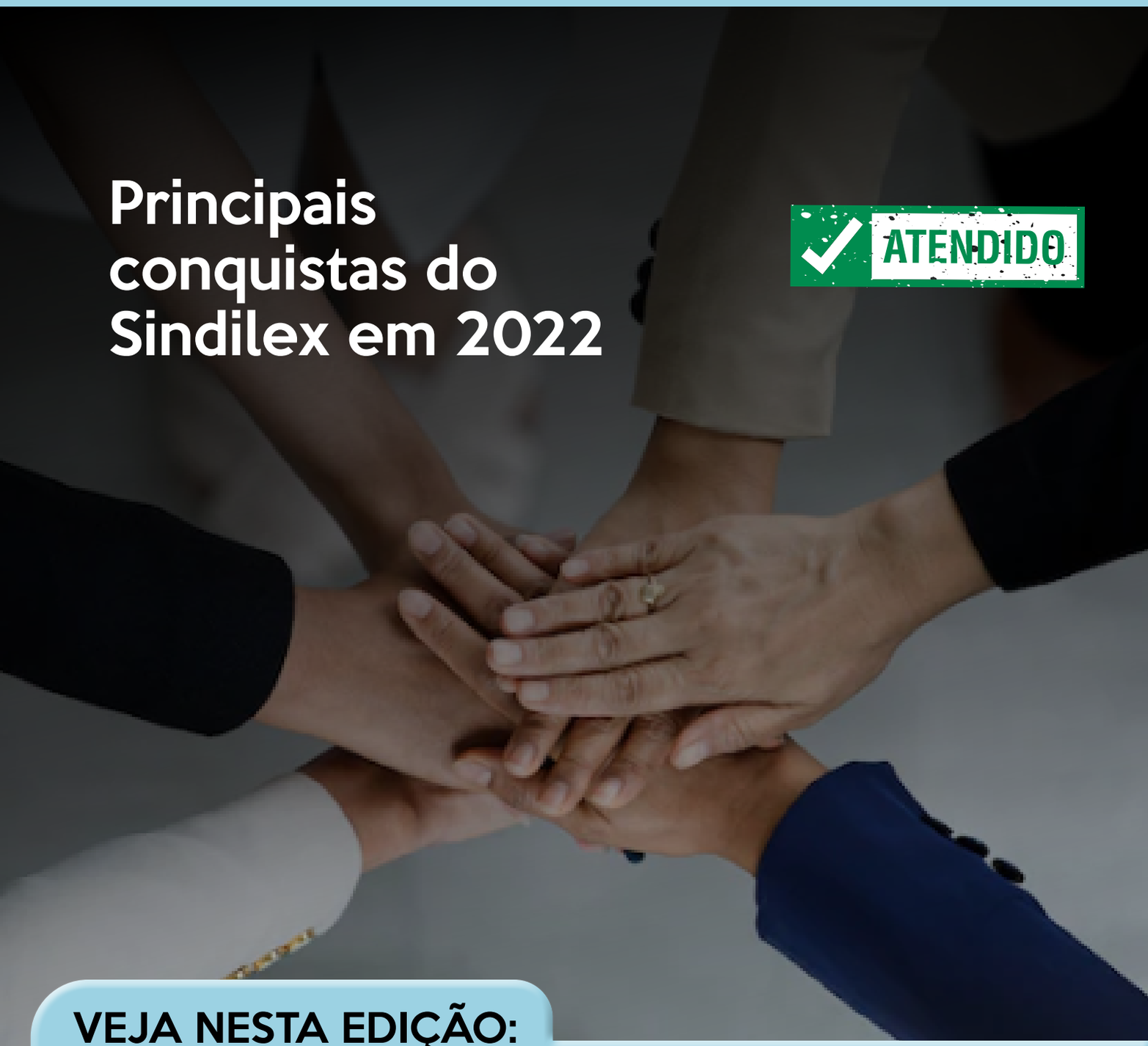
SINDILEX

Fique por Dentro

17 de janeiro de 2023 | nº 34

Principais conquistas do Sindilex em 2022



VEJA NESTA EDIÇÃO:

- Principais conquistas da Data Base de 2022
- Ação Judicial Sindilex para promover a revisão do FGTS
- Agenda: evento da Astcom em comemoração ao Dia Nacional dos Aposentados

DATA BASE 2022

A pauta de reivindicações da Data Base do Sindilex foi quase que inteiramente conquistada. Veja as principais conquistas:

Tribunal de Contas

1. Lei 17.858/2022:
Reajuste período mar/2020 a fev/2022 ✓ ATENDIDO

2. Lei 17.857/2022:
Reajuste período mar/2019 a fev/2020 ✓ ATENDIDO

3. Resolução 37/2022:
Extensão do Auxílio Saúde aos aposentados ✓ ATENDIDO

4. Lei 17.845/2022:
Altera a denominação da carreira dos servidores do TCM em simetria com os demais Tribunais de Contas ✓ ATENDIDO

Câmara Municipal

1. Lei 17.816
Reajuste período mar/2020 a fev/2022 ✓ ATENDIDO

2. A extensão do Auxílio Saúde aos servidores na Câmara Municipal foi conquistada em dezembro/2021 ✓ ATENDIDO

Para ambas as Casas, houve o reajuste do VR e do Auxílio Alimentação ✓ ATENDIDO

Foi reajustado, também, o abono de final de ano, aumentando a referência do quadro de carreiras para as duas Casas.

Itens da pauta **ainda em andamento**, ou seja, que permanecem negociação com a Administração:

1. Teletrabalho na CMSP: é um dos itens que tem sido tratado pelo Sindilex como pendência da data-base na Câmara Municipal. O Sindilex tem desenvolvido conversações com dirigentes da Câmara para buscar aperfeiçoamento do Ato do Teletrabalho, como a criação de um Comitê Gestor que possa analisar e propor diretrizes para aprimoramento do teletrabalho.

2. Concurso na CMSP: o Sindilex tem promovido reuniões com gestores da Câmara no sentido defender a sua importância, considerando as aposentadorias e outras vacâncias.

3. Retorno à permanência da função gratificada **(FG) na Câmara**.

4. Valorização da **GLIEP dos servidores celetistas**.

DATA BASE 2023

O Sindilex irá divulgar em breve **uma data no mês de fevereiro** para realização da Assembleia Geral Ordinária da categoria, a fim de definir os itens da pauta da Data Base de 2023.

COMUNICADOS

Reajuste da Mensalidade Sindical

Após mais de cinco anos (desde outubro/2017) de mensalidade no valor de R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), o Sindilex, com base na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da categoria realizada em 26 de novembro de 2014, irá reajustar a mensalidade para o valor de R$ 65,23 (sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

Conforme apresentado na Assembleia, no período desde 2017, ocorreram reajustes dos custos do Sindicato, quais sejam, a reposição inflacionária dos nossos empregados e fornecedores, como os contratos de assessoria jurídica e de comunicação.

O novo valor da mensalidade já vigora a partir de janeiro e o Sindilex informa que foram aplicados somente os índices inflacionários do período.

AÇÃO FGTS

O Sindilex está promovendo ação judicial para revisão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através do escritório Adjafre & Pinheiro.

O público-alvo são todos os trabalhadores que tiveram depósitos no Fundo a partir de 1999, independentemente do vínculo empregatício atual.

Mesmo para os aposentados e para aqueles que já sacaram o FGTS, é cabível a ação, basta ter tido depósito no FGTS nesse período de 1999 em diante.

O custo para ingressar com a ação é de R$ 100,00 (cem reais) para sindicalizados e R$ 200,00 (duzentos reais) para não sindicalizados.

Os honorários advocatícios serão calculados em 20% (vinte por cento) do montante recebido quando do êxito na ação.

Nas ações cujo valor pleiteado não superar 60 (sessenta) salários mínimos, não haverá cobrança de sucumbência em caso de derrota.

Nas ações cujo valor pleiteado superar 60 (sessenta) salários mínimos, o escritório irá tratar pessoalmente com o interessado, no sentido de informar se vale a pena reivindicar o valor total ou se, diante do risco da sucumbência, é mais vantajoso para o interessado requerer o ressarcimento limitado a esse teto.

Para comprovar o saldo do FGTS e verificar cada caso individualmente, o escritório necessita do extrato da conta do Fundo, que pode ser acessado pelo aplicativo do FGTS, disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.caixa.fgts.trabalhador

Após a entrega do extrato do FGTS, o interessado deverá solicitar ao Sindilex o contrato e a procuração que, após de preenchidos e assinados pelo interessado, deverão ser entregues ao Sindilex pelo e-mail: sindilex@sindilex.org.br juntamente com a cópia da Carteira de Trabalho, RG e o comprovante do depósito bancário do valor de R$ 100,00 (filiados) ou R$ 200,00 (não filiados) na conta bancária do escritório Adjafre & Pinheiro.

LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara devolve recursos à Prefeitura

A Câmara Municipal de São Paulo procedeu à devolução de 109 milhões de reais de seu orçamento à Prefeitura Municipal de São Paulo.

O anúncio foi feito pelo presidente da Câmara, vereador Milton Leite (União Brasil), durante a última sessão do ano, terça-feira (20/12).

Confira os valores devolvidos pela Câmara nos últimos anos:

2017:	R$ 90 milhões
2018:	R$ 176,7 milhões
2019:	R$ 123,9 milhões
2020:	R$ 132 milhões
2021:	R$ 190 milhões

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

Conselheiros do TCM-SP apresentam prestação de contas

O conselheiro ex-presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), João Antônio da Silva Filho, atual dirigente da Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC), divulgou relatório de atividades relativo ao período 2018 a 2022, período no qual exerceu a direção da instituição.

https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentoId?idFile=d3a871bd-1ed5-4f4a-9ad8-b35fe9af5511

O conselheiro ex-vice-presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), então dirigente da Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC) e atual presidente do TCMSP, Eduardo Tuma, apresentou o Relatório de Atividades de 2022 da EGC.

https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentoId?idFile=0f1243c8-10ae-499d-994d-4c5fbe6d711e

ARTIGO

Recursos Públicos para o Enriquecimento Privado: uma reflexão sobre o papel do Estado no atual padrão de acumulação (e o Brasil como paradigma)

Leda Maria Paulani

Resumo:

A partir de uma abordagem que entende como contraditória a relação existente entre Estado e mercado, o artigo busca demonstrar que, dado o atual padrão de acumulação, o papel do primeiro tem sido, na maior parte dos casos, o de viabilizar a utilização de recursos públicos para fomentar o enriquecimento privado. A apresentação da relação entre os dois termos como sendo antinômica começa com Hegel e Marx e passa, entre outros por Pachukanis, Gramsci e o filósofo brasileiro Ruy Fausto. Na discussão sobre o atual padrão de acumulação, a base é dada pelos trabalhos de David Harvey, com as contribuições de Wolfgang Streeck e François Chesnais. Um pequeno intermezzo discute o dinheiro hoje, sobretudo em sua função de dinheiro mundial, e em sua relação com a momentosa Modern Money Theory (MMT). Por fim, atrelada ao caráter contraditório da relação Estado x mercado e às especificidades do atual padrão de acumulação de capital, que tem na financeirização e nos expedientes de espoliação suas marcas características, discute-se a atuação do Estado nesse processo de dissipação e apropriação de recursos públicos que impulsiona o enriquecimento privado. A análise aborda a história brasileira recente, sobretudo o processo de privatização e a política monetária (com seus impactos deletérios sobre a dívida pública) para mostrar o Brasil como um exemplo emblemático desse tipo predatório de acumulação capitalista na contemporaneidade.

Acesse aqui a íntegra do artigo na página 77

AGENDA

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais.